CARTAS

Proálcool

Gostaríamos de parabenizá-lo pelo excelente artigo Gerenciamento dos Preços do Segmento Sucroalcooleiro e Panorama Estrutural do Seguimento Sucroalcooleiro, publicados na revista *Agroanalysis* do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas. Sua análise retrata com clareza e competência a realidade de um setor que, apesar dos sérios problemas enfrentados nos últimos anos, vem contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento econômico do país.

Ermeto Barea

Presidente da Associação de Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná (Alcopar); Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Estado do Paraná (Sialpar); e Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Paraná (Siapar).

Cumprimentamos V. Sa. e todo o corpo editorial da revista *Agroanalysis* pela edição especial — O Futuro do Proálcool — em março último.

Os temas abordados e as personalidades escolhidas para enunciá-los possibilitaram aos leitores uma perfeita reciclagem informativa sobre a atual situação desse importante programa, além de ter chamado a atenção da sociedade brasileira e do governo sobre as necessárias correções de rumo para o mesmo, sem as quais poderemos estar destruindo a melhor iniciativa energética, a partir da biomassa, de que se tem conhecimento, no mundo.

Pedro Robério de Melo Nogueira
PR Consultoria e Assessoria S/C
Brasília-DF

Cumprimentamos V. Sas. pela edição especial sobre o Proálcool. Vimos parabenizá-los pela excelência da matéria publicada, que reflete a realidade atual desse programa.

Jorge Toledo Florêncio

Secretário de Planejamento do Estado de Alagoas e Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool do Estado de Alagoas.

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.

AGROANALYSIS
Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

Fundador:
Julian Chacel

EXPEDIENTE

Chefe do CEA/IBRE:
Ignez Vidigal Lopes

Redator-chefe:
Regis Alimandro

Equipe de redatores:
Eliana C.B.L. Viglio (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho), Guilherme Soria Bastos Filho (cacau, açúcar, algodão), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Tito B. B. Ryff (meio ambiente).

Gerente Comercial:
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Colaboradores:
Adib Jamil Amim, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Rubens de Mello Nogueira Abdelhay (índice FGV/Abag), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Edna Frias de Souza, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico).

Copidesque:
Lauda Editoração e Comunicação Ltda.

Técnicos em processamento:
Bruno da Silva Júnior, Deise Jaffar de Lima.

Estagiários:
Ana Paula de Mello Carvalho, Ednéia da Silva Bezerra, Maria das Graças Soares.

Secretaria e apoio administrativo:
Claudia Ana Marques, Antonio Barbosa, Antonio Getúlio Corrêa de Oliveira.

Divisão de Gestão da Informação (DIGI)
Diretor: Moacyr Antonio Fioravante

Editora da FGV
Chefe: Francisco de Castro Azevedo
Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha
Editoria de arte: Eliane da Silva Torres, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza, Osvaldo da Silva, Simone Ranna.
Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.

Produção gráfica: Helio Lourenço Netto, Joel Alves.
Comercialização: Juarez Nery de Souza, Valéria Oliveira Santiago.
Vendas de assinatura: José Milton Gondim.
Vendas avulsas: Edna Kumakola
Publicidade:
Belo Horizonte — MG: Tel. e fax: (031) 224-9534; Brasília — DF: Tel. e fax: (061) 577-4883; Porto Alegre — RS: Tel. e fax: (051) 249-7056; Recife — PE: Tel. e fax: (081) 465-1851; Ribeirão Preto — SP: Tel.: (016) 625-9639 — Fax: (016) 625-0521; Rio de Janeiro — RJ: Tels.: (021) 252-8720 e 252-9074 — Fax: (021) 221-5984; Salvador — BA: Tel. e fax: (071) 351-1784; São Paulo — SP: Tel. e fax.: (011) 524-1174.
Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105
São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 281-7875.
Editora da Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22257-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tels.: (021) 551-0698 e 536-9196.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Presidente de honra: Luiz Simões Lopes
Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Diretora-geral: Celina Vargas do Amaral Peixoto

Conselho Diretor

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Vogais: Aldo Baptista Franco, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Eliezer Baptista, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Eugenio Emílio Staub, Gilberto Dupas, José Luiz Miranda, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

Conselho Curador

Presidente: Theodoro Arthou
Vice-presidente: Paulo de Tarso Leal
Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho, Armando Klabin, Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Credit Commercial de France S.A., Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Gilberto Ulhôa Canto, Gustavo de Sá e Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles-Interamericana de Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Roberto Paulo Cezar de Andrade, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.
Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Garantia S.A.), Lineu de Paula Machado (Banco Boavista S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos S.A.), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda S.A.), Sérgio Franklin Quintella, Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.

Conselho Consultivo

Abgar Renault, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Gilberto Duarte Prado e Rubens D'Almada Horta Pôrto.

Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Antonio Salazar P. Brandão
Banco de Dados-IBRE
Salomão L. Quadros da Silva
Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes
Centro de Estudos das Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa
Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira
Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota
Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira
Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Nesta edição

1 **Entrevista com Roberto Rodrigues**

6 **Cartas**

8 **Especial**

8 **TR: o maior, mas não o único problema**

Mauro de Rezende Lopes

12 **Efeito estufa: "a caixa de Pandora" do homem**

Tito Ryff

16 **Opiniões: uma questão de princípio — I**

Pedro de Camargo Neto

20 **Conjuntura do agribusiness:**

20 **Preços da terra: desempenho recente**

22 **Ovos**

24 **Arroz**

26 **Cana-de-açúcar**

30 **Cereais de inverno**

32 **Índice FGV/ABAG (Iabag) 1995**

34 **IBGE — Síntese estatística**

36 **Oferta e demanda**

38 **Estatísticas agropecuárias**

44 **Panorama agropecuário**

48 **Panorama internacional**

50 **Legislação agrícola**

52 **Janela aberta**

A dívida e o futuro

A questão da dívida da agricultura vem consumindo demasiada energia. Os atores envolvidos têm procurado fazer valer seus pontos de vista e seus interesses, nem sempre da forma mais adequada.

Até na imprensa dirigida ao grande público, a questão da dívida vem ocupando um espaço poucas vezes reservado a assuntos rurais. Também nesse caso a abordagem nem sempre é a mais adequada. Fala-se muito da exceção e pouco do rotineiro. Uma revista semanal de grande circulação, em meados de maio estampou na capa "Os reis do calote rural" como principal manchete da edição.

É verdade que nossos grandes veículos de comunicação são essencialmente urbanos e costumam refletir os supostos interesses da população da metrópole.

Também é inegável a existência de um pequeno número de grandes proprietários rurais, não necessariamente produtores, que fez fortuna (ou engordou a fortuna preexistente) acumulando dívidas junto ao Banco do Brasil. São os aproveitadores de plantão, e não seria logo a *Agroanalysis* que se disporia a defender esse grupo. Muito pelo contrário.

Por certo o perfil dominante dos empresários rurais, grupo que tem acesso ao sistema de crédito, não corresponde àquele descrito pela grande imprensa. Todas as partes envolvidas sabem disso. Sabem também que as dificuldades são reais. E reconhecer isto é precondição para que se equacione o problema.

A agricultura atravessa um momento bastante delicado. A supersafra colhida em 1995 coincidiu com um período de crédito extremamente escasso, taxas de juros reconhecidamente altas, liberação das compras externas, muitas vezes com subsídios na origem e sem a devida taxação compensatória etc. Ao lado disso, o esperado crescimento da demanda interna de produtos agrícolas em decorrência da queda da inflação de fato ocorreu, mas não em dimensão capaz de absorver o ganho da oferta. A conjugação desses elementos levou à prática de preços agrícolas dramaticamente baixos durante toda a fase de comercialização da safra 1994/95. E isso agravou um problema já antigo — a dívida da agricultura originária do Plano Collor.

Pode-se alegar que os preços agrícolas caíram em razão de fatores de mercado e que o governo não teria mesmo o que fazer nesse caso. A verdade não é bem essa, todos sabemos. Mas, e em relação à dívida velha, decorrente da correção dos débitos da agricultura por índice muito superior àquele aplicado para atualizar os ativos agrícolas? Nesse caso, o descasamento de contas é decorrência direta da ação e da posterior omissão governamental.

Como diz Roberto Rodrigues, na entrevista desta edição, o contencioso da agricultura precisa ser sanado.

Essa condição, no entanto, não pode embotar a inteligência dos atores envolvidos de modo direto na questão. A dívida é um problema real, sério e carece de solução. Não é, porém, o único problema da agricultura, tampouco o mais importante.

Estão na agenda do Executivo, ou próximo de lá, diversos assuntos de extrema relevância para o futuro da agricultura brasileira. Só para citar alguns, o governo já dá sinais de ter entendido que os juros agrícolas (TR mais juro real) são insuportavelmente altos. O uso da política cambial como um dos sustentáculos da estabilização compromete de maneira significativa a renda agrícola, tanto por reduzir os preços da exportação, quanto por emprestar falsa competitividade aos produtos importados.

Do mesmo modo, as diversas reformas já agendadas interessam sobremaneira à agricultura. É o caso das reformas tributária e fiscal, as quais deverão funcionar no sentido de desonerar a produção e propiciar maior competitividade à agricultura brasileira, mediante a viabilização de melhores produtos e serviços de que se vale o setor.

Por último, cabe lembrar a questão da defesa comercial. Muito pouco foi feito até o momento nesse campo, e compete às lideranças pressionar as autoridades por uma ação mais efetiva.

Por todas essas razões, conclui-se que bloquear votações no Congresso Nacional pode até resultar em benefícios financeiros imediatos para os devedores agrícolas. Mas em nada contribui para que se avance nas questões de fundo, muito mais importantes para o futuro de nossa agricultura.